

A AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E O TRABALHO DOCENTE: QUALIFICAÇÃO OU REGULAÇÃO?

Maria Mouriana da Silva Irineu (1)

Universidade Estadual da Paraíba, Mouri.irineu@gmail.com

Resumo: As políticas de avaliação surgiram inicialmente como um sistema de pesquisa, com o passar do tempo, tornou-se um campo complexo de conhecimentos cercado por um conjunto de interesses tanto do sistema capitalista, como também dos governos vigentes. Ante a este cenário, foi realizado este estudo com o intuito de compreender, qual o papel das políticas nacional de avaliação na regulação e qualificação do trabalho docente? A partir desta indagação, tivemos como objetivo discutir a política de avaliação regulatória do sistema brasileiro, e suas implicações na produtividade do trabalho docente. Onde foi observado os desdobramentos dos aspectos centralizadores e reguladores do Estado dentro da política avaliativa frente ao trabalho e produtividade educacional.

Palavras-chave: Políticas de Avaliação, Estado, Trabalho Docente.

INTRODUÇÃO

A política de avaliação se origina com o principal intuito de exercer um papel fundamental na formulação e na implementação de políticas públicas, contendo um grande potencial para esclarecer aos diversos setores da sociedade sobre as tendências que rege a educação.

A avaliação contém um grande poder, principalmente pelo papel que desenvolve no julgamento de valor de programas e sistemas, sendo necessário uma reflexão sobre os diversos jogos de interesses que a permeiam. Assim, a mesma deixa de ser apenas, um simples processo pelo qual através de seus resultados se extraem dados para reformulação de propostas educacionais, e passa a ser um complexo processo que não apenas avalia, mas sob a ótica de um estado regulatório tem a função de desestruturar e transformar aquilo que é avaliado. (SOBRINHO, 2004).

Neste sentido, este estudo se justifica pelo fato de que as políticas de avaliação estão ultrapassando amplamente os âmbitos a que se dirige, como afirma Sobrinho (2004):

A avaliação instrumentaliza as reformas educacionais, produzindo mudanças nos currículos, na gestão, nas estruturas de poder, nas configurações gerais do sistema educativo, nas concepções e prioridades da pesquisa, nas noções de responsabilidade social [...]. (SOBRINHO, 2004, p. 706)

Hoje, um dos principais objetivos que rege os processos avaliativos é prestação de informações claras e precisas que são úteis para orientar o mercado e os governos, pela noção

de que os clientes ou usuários do sistema educacional precisam tomar conhecimento de quais são as melhores escolas, quem oferece os melhores serviços, onde estão os melhores professores, enfatizando a lógica de mercado na qual está se instalando na nossa educação.

Portanto, o presente trabalho tem por principal objetivo mostrar que o aparato que opera os sistemas de avaliação é fruto de uma política que legitima e delega práticas, valores e sentidos, que através de seus resultados manipula e desestrutura o trabalho dos docentes, daqueles que ainda entendem e contemplam o ambiente escolar como um lugar de troca de saberes e conhecimentos.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como sendo uma pesquisa qualitativa em educação, que discute a política de avaliação regulatória do Estado e as perspectivas em torno do trabalho docente. Os procedimentos metodológicos se deram inicialmente como sendo exploratório e posteriormente bibliográfico.

Tais estudos, se desenvolvem de maneira conjunta em torno do assunto abordado, o exploratório objetiva uma explicação geral em torno do assunto e se utiliza do estudo bibliográfico para análise e levantamento de dados (OLIVEIRA, 2007). O artigo contou com os seguintes aportes teóricos: Gatti (2013 - 2014), Arroyo (1997-1999), Paro (1999), Sobrinho (2004), Hypolito (2010), Tardif (2014), Silva (1999).

Ante a conjuntura da política nacional que enfrenta um Golpe de Estado, jurídico, midiático e parlamentar, desde 2016, no Brasil e até o presente momento, torna-se oportuno compreender o desenvolvimento da política avaliativa e como esta se reflete sobre valores e práticas que premeia o sistema educativo, tendo em vista que a avaliação não é apenas um processo pedagógico de construção de base de dados qualitativos, ou quantitativos para educação, enquanto verificação e checagem de produtos que exige produtividade, ou manipulação do trabalho docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na era do capitalismo neoliberal, o desenho curricular da educação Brasileira passa a receber um novo formato, rompem-se alguns vínculos que ligavam o setor da educação as atividades públicas da vida adulta em um discurso mais direto essas atividades se concentrava na ideia “educação para o trabalho e para a cidadania”, em uma era de desemprego esse era um dos discursos que mais se aplicava ao lado educacional. Com o advento do neoliberalismo

houve uma radicalização nas funções puramente econômica que existia na educação, em um novo cenário onde os interesses das grandes corporações empresariais eram tidos como prioritários, a educação mais uma vez cumpre o seu papel de estar reconhecidamente voltada a esses interesses. A educação redefiniu-se como uma mercadoria, cuja produção deveria atender as necessidades de seu usuário final, que nada mais é do que a empresa capitalista (SILVA, 1999).

Durante as reformas na diversificação do ensino, na organização da escola, no trabalho docente, e na implementação de um novo sistema curricular, o estado passa a intervir nessa política, como agente regulador dessas políticas educativas de modo enfático e centralizador embora seja aplicado o discurso do estado mínimo, na qual destaca principalmente a diminuição dos gastos públicos nos setores sociais, que realmente não era aplicado na prática. Podemos exemplificar muito bem essa abordagem do estado, no que exemplifica, Hypolito (2010):

[...] pode-se destacar as políticas de formação de professores que, no Brasil, podem se expressar por uma ação decisiva do Estado: a) nas definições de novas diretrizes curriculares para os cursos de Licenciatura e Pedagogia, com um caráter pragmatista voltado para um saber-fazer mais do que para uma formação reflexiva; b) nas definições em torno das agências formadoras de professores, com evidências de um deslocamento do locus formador das universidades para os Institutos Normais Superiores e/ou para os Institutos Federais Tecnológicos (exemplo mais recente), destituindo a formação docente da pesquisa e de um status universitário; c) no incentivo a modalidades menos ortodoxas de educação (programas especiais, educação a distância, cursos semipresenciais), conforme definições estabelecidas pelos órgãos internacionais multilaterais, tais como o Acordo Geral de Comércio e Serviços (GATS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), que previu o incentivo à educação a distância e a transferência de outros serviços educacionais para o mercado; e d) na avaliação educacional, criando parâmetros para uma avaliação docente externa, com a implementação de exames e processos de certificação, para os quais são estabelecidas as competências necessárias a serem adquiridas na formação. (HYPOLITO, 2010, p. 1339).

Dessa maneira, ainda acrescenta-se a esse cenário novos modelos de gestão, que se tornam mais adequados para a efetivação dessas políticas regulatórias do trabalho docente, do currículo, e gestão escolar. Nesse sentido, a visão de mundo capitalista passa com suas estratégias empresariais de gerencia a afetar diretamente a educação. As reformas educacionais estão acontecendo segundo a luz das políticas neoliberalistas, que tem em uma das suas principais funções a transferência da lógica empresarial para o campo da educação, na realidade, não se trata apenas de transferência de estratégias gerenciais mas, de uma transferência de uma mentalidade gerencial para a esfera do currículo e da pedagogia, acontecendo segundo os pressupostos dos resultados, da avaliação e da competência, essas

ações notoriamente de visão gerencial, são apresentadas como soluções para os problemas da educação pública.

Nessa conjuntura essa adoção de modelos de gestão empresarial aplicada ao sistema educacional, segundo Rosar (1999), se aplica em dois níveis:

No nível macro, os órgãos públicos do setor da educação tem pautado sua atuação por um conjunto de diretrizes definidas de modo autoritário e centralizador, evitando e tentando neutralizar a iniciativa das entidades que se empenham na realização de um debate ampliado, como ocorreu no momento da elaboração do Plano Nacional da Educação. (ROSAR, 1999, p.95).

No nível micro, do funcionamento das escolas, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, são amplamente utilizados mecanismos de controle sob a argumentação da qualidade, da produtividade, da competitividade, desviando a discussão dos elementos da contradição contidos no espaço escolar. (ROSAR, 1999, p.95).

Controlador, centralizador e avaliador esse passa a ser um dos principais papéis exercidos pelo estado, o mesmo passa a responsabilizar o financiamento dos serviços educativos a outros setores e passa a apenas avaliar de longe, por meio da contratação de terceiros para realizar a avaliação externa, essa que é considerada como uma prestação de contas a sociedade, tais modelos de gerenciamento são baseados na qualidade e no mérito, sendo assim os problemas da educação passam a ser reduzidos como técnico-gerencial (HYPOLITO, 2010).

A análise sobre a complexidade da sociedade capitalista, não se detém apenas ao fato de entender, a expansão mercantilista e uma nova configuração da economia, ou o modo com que a mesma se organiza. Mas em uma visão mais abrangente, significa entender que tais mudanças implicam na reestruturação de vários setores como na cultura, política, e principalmente no setor educativo, impondo um novo jeito de gerenciar centrado em determinar um novo jeito de ser fixado na ideia de consumo e autonomia do sujeito como consumidor. Ball (2008), ao fazer uma análise no que denomina como sendo tecnologias da reforma, faz uso de três categorias para exemplificar sua ideia que são: o mercado, a gerência, e a performatividade, segundo o mesmo a lógica se dá dessa maneira:

No que se refere ao mercado, como tecnologia da reforma, este impõe dois caminhos que têm repercutido profundamente no campo educacional: de um lado, as relações entre educação e mercado, que transformam aquela em uma mercadoria atrativa para o mercado de acordo com suas próprias regras mercadológicas – abundância de experiências que transitam frouxamente reguladas pela sociedade, mas bem centralizadas pelo Estado, tais como a educação a distância e a criação de um

comércio de educação continuada e mesmo de formação inicial de professores –; de outro, a introdução cada vez mais abrangente da lógica do mercado no interior das escolas – por meio de intervenções pedagógicas guiadas pelas parcerias público-privado, como a terceirização de serviços, entre outras formas. (BALL, 2005, apud HYPOLITO, 2010, p. 1.341)

Quanto à tecnologia que Ball define como gestão, o modelo circunscreve-se na lógica da implantação de uma nova gestão pública, modelo gerencialista, que visa a introdução dos modelos de gerência utilizados nas empresas capitalistas, conhecidos também como pósfordistas, que assumem a eficiência e os resultados como padrão ótimo de administração da educação e da escola.(BALL, 2005apud HYPOLITO, 2010, p. 1.341)

A terceira tecnologia, performatividade, é a que gera os efeitos de terror sobre as professoras e os professores, equipes diretivas e sociedade, por meio da neurose da accountability (prestação de contas ou, ainda, responsabilização). É uma performatividade baseada na qualidade, na padronização e na avaliação, principalmente externa e em larga escala.(BALL, 2005 apud HYPOLITO, 2010, p. 1.341)

Os efeitos dessas escalas de tecnologias são inúmeras e consideradas desastrosas, e estão relacionados a aspectos que vão desde à pressão emocional, e ao estresse, devido ao ritmo e a intensificação do trabalho, como também a aspectos que ocasionam em mudanças nas relações sociais, provocado pela competição acentuada entre os docentes e entre os setores, a redução da sociabilidade na vida escolar, as ações profissionais que são dadas de forma individualizadas, o distanciamento das comunidades e o aumento da burocratização da carga de trabalho, além da produção de relatórios e o uso dos mesmos para a comparação de resultados, isso é o que Hypolito (2010), configura como uma estruturação do terror que se instala dentro do trabalho docente.

Dentro desse mesmo aspecto, que visa uma desestruturação tanto na educação como no trabalho docente, Rosar (1999) nos mostra dentro dos aspectos iniciais da época, que a política educacional concebida e implementada durante o governo do FHC, se adequou aos critérios definidos pelos organismos internacionais financiadores da educação como o Banco Mundial, BID, UNESCO, e desta maneira a partir do Plano Decenal de Educação para todos passou-se a se concretizar dessa maneira:

Compreendem a concepção de um paradigma em que se conjugam a racionalidade financeira e a instrumentalização tecnológica, com a finalidade de assegurar a redução dos custos da educação, ao mesmo tempo em que são criados mecanismos de competitividade e produtividade no sentido de instaurar no sistema educacional e concorrência entre redes de escolas em todos os níveis. (ROSAR, 1999, p. 93).

Observa-se desta maneira, que o aspecto controlador e regulatório está presente a muito tempo dentro da nossa educação, fica visível a forte presença da influencia dos agentes financiadoras na tomada de decisões em nosso sistema educacional, em um conjuntos de medidas que pretendem produzir um grau de padronização do sistema educacional, que de suporte para subjetividades que servem como suportes para o sucesso da sociedade de mercado e o empresariado, que fornece o financiamento aos programas educacionais, desde que os mesmo se adequem a sua lógica de funcionamento.

Toda essa visão de reestruturação educacional, dentro da visão mercadológica são construídas em dois momentos importantes que se dão em épocas diferentes o primeiro, no início dos anos de 1990 e o segundo início dos anos 2000:

1) o momento da introdução de um sistema bastante amplo centrado numa ideia de prestação de contas, baseado em testes padronizados, com a finalidade de identificar quem fracassa (estudantes e escolas) e de atribuir penalidades respectivas ao desempenho escolar, sem levar em conta o contexto social em que tais resultados são produzidos. [...] 2) outro momento, mais recente – início dos anos de 2000 –, que enfatiza uma articulação mais concreta da educação e das escolas com o mercado e suas formas de gerência, a fim de proporcionar maior flexibilidade econômica e administrativa, com o fechamento de escolas improdutivas e o incentivo à parceria público-privado, submetendo as escolas, os estudantes e os docentes à lógica mercadológica, ao empreendedorismo e ao consumismo. (HYPOLITO, 2010, p. 1.342)

Em ambos os períodos o caráter avaliativo se faz presente, como também se faz presente o órgão avaliador e indicador de parâmetros para a efetivação de tais políticas avaliativas o INEP, que através de seus dados incentiva a terceirização do setor público, e incentivo as parcerias público privadas (HYPOLITO, 2010).

O que dever ser ressaltado nessas políticas, é o caráter dos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos políticos e sociais. Ou seja, o que era pra ser incentivo de qualidade para a educação garantida pelo estado, se torna uma deficiência dos usuários. O que era pra ser considerado direito do cidadão e dever do estado, passa a ser visto como possibilidade de escolha a partir do que é tido com eficiente ou ineficiente. O fracasso na maioria das vezes é atribuído a uma descentralização de culpa que recai na responsabilização das escolas, do corpo docente, dos pais e estudantes (HYPOLITO, 2010).

Nesse modelo de gestão, condenar ou culpar é a melhor forma para se resolver os problemas, mas para que isso se torne menos frequente o sistema em sua conjuntura propõe a fabricação de uma determina identidade docente isso se torna fundamental tanto para o governo, como para quem conduz a gestão e o sistema, nessa perspectiva é necessário formar

o profissional do magistério, como os professores e professoras devem se comportar, como devem desempenhar seus papéis práticos, seus problemas e de que forma devem solucioná-los, tudo isso é uma forma de garantir as condições para uma normatização do que deve ser a docência dentro dessa gestão (HYPOLITO, 2010).

Com toda a reestruturação no currículos e nas formas de ensinar, o profissional docente é desestimulado ao envolvimento com atividades diretamente ligadas ao ensino, como aquelas voltadas para uma reflexão da educação, o ensino deve ser articulada para a obtenção dos resultados, que desenvolva as competências necessárias para através dos sistemas de avaliação elevarem o desempenho das escolas, sem criticismo político tido como levianos.

O que está sendo experimentado pelo meio educacional é justamente, como Hypolito (2010), configura sendo uma autonomia imaginativa, despersonalizada, uma docência que é confundida com um mero profissionalismo, sobre o qual existe a possibilidade de negociar as formas de ensino que são adotadas nesse sistema capitalista neoliberal, onde se há tantos contratos de trabalhos. Portanto, o que é requisitado é um docente que seja apenas um colaborador para a efetivação de um currículo imposto pela reestruturação capitalista dentro da educação.

Fica bem aparente imaginarmos um sistema educacional, onde o aspecto regulatório não tivesse o poder de centralizar e manipular o trabalho daqueles que podem contribuir para uma educação que vá além dos simples fato de atingir metas, para satisfazer um sistema que não está contribuindo em nada para uma efetivação de uma educação reflexiva, pautada na ideia de formação de um ser social com responsabilidade que possa vir a intervir em seu meio, fazendo a diferença na sociedade.

O caráter avaliativo, não pode de maneira alguma ser visto como um mal instrumento para a efetivação da formação dos profissionais da educação, os resultados dos processos avaliativos colaboram para as formações ajudam a estruturar currículos com vista em um educação voltada para o bem estar social, possibilita aos docentes rever suas práticas, pode facilitar a tomada de projetos. Se avaliar significa voltar-se para suas práticas e analisar o que pode ser melhorado e o que pode ser acrescentado.

O que torna o caráter avaliativo um instrumento de desprezo dentro do ambiente educacional, é o caráter centralizador e regulatório que é imposto pelo Estado, para cumprir metas, atingir resultados, que influenciam os docentes na tomada de suas decisões pedagógicas, tudo para prestar contas a um mercado que financia o sistema educacional

brasileiro, e que vê na educação uma maneira de conseguir impor seus ditames e seu modo burocrático, através do alienamento dos estudantes, do corpo docente e até mesmo de quem contribui para que essas práticas se efetivem.

CONCLUSÃO

O setor educacional brasileiro, sempre dependeu do financiamento externo para poder manter os seus programas e sistemas, mantendo um relacionamento estreito com as empresas, tal elo entre esses dois setores, trouxe serias mudanças extremamente significativas para o campo educacional.

Com o advento do capitalismo neoliberal, o estado passa a assumir o papel de agente regulador e centralizador dessas políticas, agindo em consonância com interesses dominantes, o mesmo transfere responsabilidades no que se refere ao financiamento dos serviços educativos, mais concentra-se em suas mãos as formas de avaliação guiando-se sempre pelos mecanismos de controle.

Tais formas de manipulação, e toda a reestruturação que impõe o caráter avaliativo configura o surgimento de uma nova identidade para os profissionais docente onde este é requisitado apenas como um colaborador para a efetivação de um currículo imposto pela reestruturação capitalista. Nesse novo modelo deixamos claro que culpar é a melhor maneira de se resolver os problemas, e os resultados dessas políticas são catastróficas que vai desde a pressão emocional, pelo aumento e intensificação no ritmo de trabalho até a mudanças sociais, provocado pela competição acirrada entre profissionais e instituições de ensino além da produção de relatórios para a comparação de resultados.

A análise desse processo apontou o modo com que o mercado tem poder em torno da educação, e do quanto a escola e seus profissionais são usados como moeda de troca entre empresas e estado. O processo avaliativo em si não é dado como algo ruim, o problema é a forma errada de como é usado, torna-se apenas um mero instrumento para repassar dados e traçar metas para as escolas, mais não com o intuito de repensar as políticas educacionais ou implementar uma ação docente reflexiva, e sim com o propósito de tarja quem é melhor ou pior.

No entanto, não temos experimentado debates fundamentados em contraposições aos diversos processos avaliativos implementados em vários níveis educacionais, são poucas as vozes que

tem se proposto a isso. No nível acadêmico pouco tem sido a dedicação a um exame dessa política avaliativa.

O estudo feito não se propõe a tratar as avaliações como desnecessárias, mais sim apontar para a necessidade de redirecionamentos, de diversificação nesses processos, de reformulações, revisões e aperfeiçoamentos, a modo de trazer contribuições relevantes aos processos avaliativos e a formação docente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M.G. As relações sociais na escolar e a formação do trabalhador. In: FERRETI, C.J.; JÚNIOR, J.R.S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?**. São Paulo: Xamã, 1999, p.13-42.

GATTI, B. A.; Possibilidades e fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. IN: BAUER, A. GATTI, B.A., TAVARES, M. *Ciclo de Debates: Vinte e Cinco Anos de Avaliações de sistemas Educacionais no Brasil*. São Paulo: Editora IUPERJ/ FCC, 2013, 2v.

HYPOLITO, A.M. Políticas curriculares, estado e regulação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.31, n.113, p.1337-1354, 2010.

OLIVEIRA, M.M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

PARO, V.H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escolar básica. In: FERRETI, C.J.; JÚNIOR, J.R.S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?**. São Paulo: Xamã, 1999, p.101-120.

ROSAR, M.F. As políticas de gestão educacional sob a ótica da racionalidade capitalista: a reprodução de uma similaridade forjada entre indústria e escolar. In: FERRETI, C.J.; JÚNIOR, J.R.S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?**. São Paulo: Xamã, 1999, p.85-100.

SILVA, T.T. Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política. In: FERRETI, C.J.; JÚNIOR, J.R.S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?**. São Paulo: Xamã, 1999, p.75-84.

SOBRINHO, J.D. Avaliação ética e política em função da educação como um direito público ou mercadoria?. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n. 88, p.703-725, 2004.

TARDIFI, M.; LESSARD, C. O Trabalho docente. 9ª.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.



V CONEDU
Congresso Nacional de
Educação